



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

ISABELA VICENTE DE MELO LOPES ZANETTI

**ONDE SE ESCONDEM AS LÉSBICAS? UM RECORTE DO PANORAMA DO
MOVIMENTO LÉSBICO BRASILEIRO.**

**CAMPO GRANDE MS
2025**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

ISABELA VICENTE DE MELO LOPES ZANETTI

**ONDE SE ESCONDEM AS LÉSBICAS? UM RECORTE DO PANORAMA DO
MOVIMENTO LÉSBICO BRASILEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul como requisito parcial para a obtenção
do grau de Licenciado em História.
Orientador(a): Prof. Dr. Larissa Viegas de
Mello Freitas.

**CAMPO GRANDE MS
2025**



AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa jamais existiria sem esperança de um caminho menos marginal, violento ou invisível às lésbicas. Início as saudações a todas as mulheres lésbicas que não tiveram o protagonismo que mereciam nos trabalhos das historiadoras e historiadores. Os resultados desta inicial pesquisa, aqui apresentado, é fruto da coletividade necessária para superar qualquer adversidade e não seria possível sem o empenho de tantas pessoas que lutam por uma sociedade emancipatória.

À Mellyssa, com quem aprendo todos os dias, pelo incentivo e companheirismo incansáveis. Agradeço ao que não pode ser dito em palavras, por todo amor depositado.

À Evelyn Rebeca, amiga tão amada. Agradeço pela resiliência, o caminho é mais doce ao seu lado.

Às minhas amigas. Rafah, Maria Clara, Deise, Cristiane; por todos os sonhos, medos, conquistas compartilhados. A graduação foi mais leve com vocês.

Ao meu trio. Amanda e Fernando; crescer com vocês foi uma dádiva.

À Ana Paula, por todo apoio e compaixão oferecidos.

À minha orientadora, Larissa Viegas, agradeço por todas as reflexões e incentivos, quando nem eu mesma acreditava ser capaz.

À minha família, por estarem sempre lá.



“A palavra lésbica me chocou. Eu, uma lésbica... A palavra pesava muito, homossexual parecia mais leve. Com o tempo, de tanto ouvir a palavra, sem a carga pesada, preconceituosa e pejorativa normalmente dada a ela, eu comecei a gostar de pronunciar e enunciar o termo, uma das formas de esvaziar este seu caráter maldito” (ChanacomChana, edição 3, 1983, p. 8).



ONDE SE ESCONDEM AS LÉSBICAS? UM RECORTE DO PANORAMA DO MOVIMENTO LÉSBICO BRASILEIRO.

Resumo:

Este artigo objetiva debater sobre a visibilidade lésbica, considerando o quadro sociopolítico da segunda metade do século XX, buscando analisar as narrativas e os veículos comunicacionais que contam a história do movimento lésbico, seus silêncios, violências e sobretudo, os processos que marcaram seus discursos. Busca-se também evidenciar a construção de mecanismos de identidade e de atos políticos como materialidades de resistência lésbica, o que antes era diluído pelo “movimento homossexual”. Dessa forma, se reúnem debates da formação política, cultural, econômica e social lésbica, enfatizando as articulações que foram o estopim dos processos de reconhecimento e pertencimento de um movimento homossexual feminino específico, o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Deste modo, as fontes analisadas serão o Boletim ChanacomChana dos anos 1980 e a Revista Lampião de Esquina edição número 12 em 1979. Com as contribuições teóricas de Adrienne Rich, Monique Wittig, Tania Navarro-Swain, Patricia Lessa, e outras autoras; argumenta-se que falar do movimento lésbico brasileiro, que ainda se encontra pouco debatido e arcabouçado, consiste em rasgar o véu patriarcal que ainda consegue nos esconder; é fazer história por mulheres que não obtiveram a oportunidade de contar a delas. A pesquisa concluiu que ao narrar o movimento lésbico brasileiro, se reescreve a historicidade das identidades construídas por lésbicas na década de 1980 e sobretudo, se rompe com a marginalização, fortalecendo a resistência sapatão, construindo uma historiografia capaz de atender e representar identidades sexuais renegadas dentro do sistema patriarcal contemporâneo.

Palavras-chave: Movimento lésbico; GALF; Boletim ChanacomChana; Visibilidade lésbica.

Abstract:

This article aims to discuss lesbian visibility, considering the sociopolitical framework of the twentieth century. Based on a historiographical research, it proposes reflections on the narratives and means that recount the history of the lesbian movement, its silences, its violences, and above all the processes that shaped its discourses. This work seeks to highlight the construction of identity mechanisms and the development of political acts as materialities of resistance and affirmation, which were previously diluted within the broader “homosexual movement”. Thus, it brings together and radicalizes debates on the political, cultural, economic and social formation of lesbian identity, emphasizing the movements that initiated the processes of recognition and belonging to a female homosexual movement, described as Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). With the theoretical contributions of Adrienne Rich, Monique Wittig, Tania Navarro-Swain, Patricia Lessa, and other authors, it argues that to speak of the Brazilian lesbian movement, found scarcely debated and systematized, means to tear the patriarchal veil that continues to obscure us, resulting in making history for women who were denied the opportunity to tell their own. This paper concludes that narrating the Brazilian lesbian movement results in rescuing the historiographical identity constructed by lesbians in the twentieth century and, above all, breaks with marginalization of lesbian culture strengthening its resistance and also building a historiography capable of attending to and representing sexual identities historically silenced within the patriarchal system.

Keywords: Lesbian movement; GALF; *ChanacomChana* Bulletin; Lesbian visibility.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo um estudo da narrativa historiográfica da visibilidade lésbica, explorando os quadros sociopolíticos a partir da segunda metade do século XX. Se utilizando dos meios de comunicação que contam a história do movimento lésbico no Brasil, seus silêncios, violências e essencialmente, os processos que marcaram seus discursos. Para isso busca-se compreender como foram construídos os mecanismos de identidade própria, assim como, as construções de atos políticos como materialidade de resistência e afirmações. Radicalizando os estudos feministas da década de 1970, com Adrienne Rich e Monique Wittig, se obtém a proposta de formação política, cultural, econômica e social lésbica, a fim de, protagonizar o pertencimento lésbico aos estudos de gênero. Com isso, este ensaio reúne os estudos dos processos da resistência sapatão, sendo capaz de atender as subjetividades e representatividades das identidades sexuais renegadas na contemporaneidade.

A homossexualidade feminina incansavelmente se revela em uma posição de negação política, afinal, se retrata em uma operação de rompimento da construção de um regimento social patriarcal dominante. Adrienne Rich (1980) em “A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica” argumenta que historicamente a existência lésbica exprime uma rejeição e também um ataque ao domínio masculino de ter acesso às mulheres, constatando neste imaginário que a recusa ao patriarcado¹ desencadeia em um ato de resistência, ao mesmo tempo, em isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres.

Essa dualidade extrema e máxima expõe a colocação da mulher, especialmente da mulher lésbica, pertencida a um contrato social composto pela heterossexualidade², a construções injustas e limitadas de permanências no mundo. A lésbica não reafirma a manutenção desse contrato social em existência, algo que para Monique Wittig em “O pensamento hetero” (1980), observa que o “sujeito lésbico em sua própria concepção se torna o rompimento patriarcal, o “antinatural”, pois está aquém da realidade sistêmica patriarcal. Tornando-se fora do controle masculino, não pertencente a eles, de nenhuma forma, sua submissão é inexistente”. (Wittig, 1980, p.12-13).

¹ Sistema de métodos pelos quais o poder masculino é manifestado e mantido.

² Wittig correlaciona a teoria do “contrato social” de Rousseau ao afirmar que a heterossexualidade é o ponto central desse contrato para mulheres. A heterossexualidade é o próprio contrato social, afinal, é a partir dela que temos a construção do regime político à dualidade mulher x homem (Wittig, 1980, p.5).



Dessa forma, esmiuçar a temática do movimento lésbico³ e dar luz para suas narrativas identitárias acarreta árdua tarefa, permeada por atravessamentos em todas as estruturas e manutenções que transformam, organizam e mantêm as dissidências sexuais e de gênero⁴. A partir do esforço para a releitura da historiografia lésbica que combata as determinações patriarcais, Tânia Navarro-Swain, no seu livro “O que é lesbianismo?” (2004, p. 5) contesta a historicidade das mulheres lésbicas, questionando: “Se as mulheres começaram a surgir na História a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las?”. Neste sentido, é interessante uma historiografia que possa pensar sobre como subjetividades lésbicas podem operar um trabalho de desterritorialização, pelas quais os escapes da marginalização e violação de suas identidades componham parte de uma história nas quais suas narrativas tenham força, saindo de espaços secundários e inoperados de suas próprias vidas.

Portanto, a visibilidade do movimento lésbico opera a ampliação de uma história de luta ainda pouco conhecida e explorada. Neste sentido, buscamos aqui a compreensão de uma parte dessa trajetória no Brasil, analisando especialmente a história do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Primeira organização de lésbicas que se tem registro no país, o GALF, teria atuado durante toda a década de 1980 na cidade de São Paulo-SP se envolvendo nas mobilizações dos movimentos feminista e homossexuais, também se colocando como linha de frente ao autoritarismo da ditadura civil-militar (1964-1985) e estando também presente nas campanhas pela redemocratização do país.

Com “intenções provocativas, transgressoras e revolucionárias” (Lessa, 2007, p. 103), o Boletim *Chanacomchana* foi a primeira manifestação ativista lésbica do Brasil, se centrando no esforço da reapropriação da fala de mulheres lésbicas, indo de encontro a um sistema que, não conseguindo suprimir nossa⁵ existência, inviabiliza nossas pautas. Dialogando com outras mulheres lésbicas, “o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até mesmo com muito orgulho” (ChanacomChana, p. 2, 1983).

Esta pesquisa bibliográfica utiliza como metodologia, analisar e interpretar algumas obras que articulam e evidenciam a enunciação do local e papel da mulher lésbica no seio

³ A pesquisa central propõe uma leitura do movimento lésbico brasileiro dividindo-o em três momentos: a “saída do armário”, a institucionalização e a dispersão. Sendo marcado pela luta por visibilidade política, o lançamento de pequenas publicações e a aproximação com o feminismo, corresponde ao período de atuação do GALF.

⁴ Trata-se do lugar ocupado por essas pessoas e os processos de estigmatização vividos que as expõem a situações de vulnerabilidades diversas e que se somam às estigmatizações específicas de sexo, classe social, raça/etnia, orientação sexual etc.

⁵ Seguindo as palavras de ordem do feminismo de segunda onda de que o pessoal é político, esta autora se coloca também como sujeito histórico desta análise.



social. Porque nomear é existir. E quando o nome da mulher e da mulher lésbica é apagado, o que se apaga é sua possibilidade de ser reconhecida como sujeito político e social. Para isso, a metodologia adotada envolve inicialmente a análise dos estudos feministas da década de 1970, nos quais, com esforço referencial garantiram pertencimento a lésbicas dentro da academia.

É determinante para este estudo as estratégias linguísticas que esquadrinharam as camadas de silenciamento vividas por lésbicas, visto que, a vivência lesbiana não é neutra, nem indefinida. Ela é profundamente marcada por ser uma mulher em mundo em que se espera que mulheres estejam a serviços de homens, seja pelo cuidado, pelo sexo ou pela subordinação. Romper com isso não é uma abstração. É um ato de afirmação concreta.

Onde estão as lésbicas, afinal? Que importância têm as lésbicas? A conduta de tamanho apagamento político e histórico sobre a lesbianidade é a reflexão norteadora deste estudo. Afinal, se as pautas das mulheres lésbicas são barradas ou limitadas nos espaços de discussão que lhes envolvem, não é possível prezar por suas vidas. Assim, da mesma forma é também impossível tirar do feminismo o caráter heterocentrado e a misoginia do movimento LGBTQIAPN⁶. Portanto, não reconhecer a história das mulheres lésbicas é um ato de violência.

O desenvolvimento dos subtítulos se organizou na construção do panorama das narrativas do movimento lésbico, contada *por elas e para elas*. Deste modo, o subtítulo 2 - SOMOS LÉSBICAS, NÃO MULHERES - denota a radicalização dos escritos feministas a partir de Adrienne Rich e Monique Wittig, nas quais desnaturalizam o pensamento hétero. A própria categoria “mulher” é questionada, e nos leva a repensar a subjetividade não pela essencialidade do papel de gênero, mas pelos dispositivos políticos que a constituem. Pelo campo midiático, observa-se no subtítulo 3 - A PRIMEIRA APARIÇÃO LÉSBICA EM TABLOIDES - que a negação a lesbiana não é só institucionalizada, mas operacionalizada para ocupar uma construção histórica e política. Sendo negado o direito à cultura, tradição, conhecimento, memória (Rich, 1980).

Interpretado no subtítulo 4 - O GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA (GALF) - manteve diálogos afetivos e políticos tanto com o movimento feminista como com o “movimento homossexual”⁷, apesar da existência de disputas e tensões. Foi com sua

⁶ Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binário.

⁷ Também denominado de “movimento gay”, à época assim eram chamados os que hoje conhecemos por movimento LGBT. O fato evidencia o esforço que lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais tiveram de empenhar para serem representadas ao menos formalmente pelo movimento, em uma tentativa de tirar-lhe o



manifestação política afirmativa que vocalizaram seus debates, anseios, sonhos e propostas advindos dos primeiros periódicos da Imprensa Lésbica brasileira - *ChanacomChana*. Encerro este artigo problematizando os impactos e contribuições que as mobilizações do GALF no *ChanacomChana* concederam no quadro sociopolítico de XX no subcapítulo 4.1. Sendo capaz de atravessar o país com seu “Troca Cartas”, o *ChanacomChana* esteve presente nas reivindicações não da igualdade, mas de alteridade: o lesbianismo como uma possibilidade, em ruptura com a heterossexualidade; o lesbianismo não como simples expressão do desejo, mas como uma proposta política de existir no mundo e construir relações com outras mulheres.

O lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga para curtir esse barato. Toda mulher lésbica que já se viu forçada a sentir vergonha por amar outra mulher sabe bem disso. [...] Mas o lesbianismo é um barato e é um barato exatamente quando foge dos guetos dentro e fora de nós. [...] O lesbianismo é um barato porque propõe o amor entre mulheres de qualquer maneira, seja através do amor físico, da ternura e do respeito pela individualidade da companheira, seja através da solidariedade e da luta organizada contra a opressão que sofrem todas as mulheres (ChanacomChana, p. 2, 1982).

Por fim, é importante ressaltar que essas ações políticas são permeadas por ações e disputas por poderes, ou seja, são permeadas por relações de gênero. A esse respeito, Joan Scott (1992) observou que:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher, ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornaram-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (Scott, 1992, p. 92).

Neste sentido, a categoria de análise histórica gênero também compõe uma das bases analíticas deste estudo, sendo utilizada no sentido de observar as relações de poder presentes nas ações e nos discursos desses grupos.

2. SOMOS LÉSBICAS, NÃO MULHERES



Fonte: Boletim ChanacomChana, n. 1, 1982, p. 2.

O quadrinho da tirinha acima retirada da primeira edição do boletim *ChanacomChana* publicado em 08 de julho de 1982, levanta a pauta: lésbicas seriam mulheres? Para Monique Wittig (1980) para o entendimento da negativa de uma existência biológica e sobretudo, política lésbica é necessário a consideração do que ocasionaria ser “mulher” para lesbianas e todas as constituições de gênero e poder que implicam a lógica. Para a autora, a consolidação da heterossexualidade advém de uma construção de um regime político que endossa a dualidade homem x mulher para a formação de um contrato social, neste interim, a posição lésbica e sua operação enquanto sujeito se encontra na recusa da heterossexualidade. Afinal, o conjunto de signos que correspondem a materialidade do sujeito lésbico ocasiona uma quebra na conduta heteronormativa retórica, em que por si só ocasiona uma convergência entre as regras sociais impostas as mulheres.

Wittig afirma que o rompimento sistêmico patriarcal não só nos tira do controle masculino, mas também transforma nossos corpos como “antinaturais”. Assim sendo, se não podem ter nossa submissão, seremos destituídas do seio social. Já que, a “mulher” forjada pelo parâmetro heterossexual possui sua concepção material e biológica para que seja compreendida a partir da existência nas quais o “homem” deva existir, e se estabeleça um contrato social e a manutenção dele. A lesbiana se torna a negativa, deixa-se de ser mulher



porque não há manutenção deste contrato, sua existência é lida como o rompimento de uma barreira sendo por si só o conjunto social.

É neste interim que o boletim realiza um movimento de evocação associativa a força do pensamento heterossexual, demonstrando que as instituições e os órgãos de denúncias não estavam preparados para enfrentar situações envolvendo lesbianas. Pois, a fala da atendente “É sim. Mas, a tarde, só atendemos mulheres” representa a ideologia universal como tudo reivindica a existência do homem, logo aquele que não é homem é o “resto”, o “outro”, ou como chamou a teórica francesa Simone de Beauvoir, “o segundo sexo” (Beauvoir, 1980).

Por supramundo, ser lésbica é ter a esperança de que conseguiremos nos refazer e reexistir, mesmo que todas as incorporações das subjetivações históricas nos coloquem a margem da sociedade. Não apenas a idealização de um futuro melhor, mas a radicalização dessa materialidade. A perspectiva de existir além da heteronormatividade, e especialmente nos perdoar pelo preço que pagamos por estarmos vivas. “Ser lésbica é estar nas fronteiras do humano (humanidade) representa historicamente e paradoxalmente o ponto de vista mais humano” (Wittig, 2022, p.85).

Em conformidade com os estudos de Wittig, Adrienne Rich (1980) expõe em seus estudos duas grandes questões que nortearam esse trabalho. Na primeira questão Rich questiona “Como e porque a escolha feita pelas mulheres de gostar de outras mulheres como companheiras e amantes, de compartilhar suas vidas, suas paixões, seus trabalhos ou de viver em tribo com elas” (Rich, 1980, p. 16). Terá implicações fundamentais, escrito pela autora “essa escolha foi mal vista, invalidada, condenada à clandestinidade ou à mentira” (Rich, 1980). Sua segunda questão interroga “a omissão total ou quase, da existência lésbica em todas as espécies até mesmo em escritos feministas” (Rich, 1980, p. 16). Se torna um desafio primordial para os escritos lesbianos se registrar uma epistemologia feminista⁸ fundada nas perspectivas e experiências lésbicas.

Essa dupla questão, a condenação em ser vista com outra mulher e a omissão de sua própria existência em todas as manifestações, se encontra na crítica mais crua da obrigatoriedade do heterossexismo, onde demonstra como a heterossexualidade compulsória⁹

⁸ Conjunto de conhecimentos, estudos e pesquisas feitas sobre o feminismo.

⁹A heterossexualidade compulsória garante o acesso das mulheres pelos homens, que exercem seu poder segundo as 8 seguintes características apontadas por Rich: 1) interdição às mulheres de formas de sexualidade fora de seus domínios, por exemplo, a destruição de documentos referentes à existência lesbiana; 2) a sexualidade imposta de forma que o sadismo hetero é mais importante que a sensualidade homossexual; 3) os homens exploram o trabalho feminino e controlam sua produção, por meio das instituições de casamento e da maternidade nas quais as mulheres são sistematicamente desvalorizadas e exercem trabalho doméstico gratuito; 4) apropriação e a retirada dos filhos, as esterilizações forçadas, a negação a maternidade lésbica, são alguns dos



garante o acesso das mulheres pelos homens. Rich irá encabeçar essa radicalização no potencial emancipatório das organizações de mulheres, expressas na terminologia “*continuum lesbian*”, que não é limitado apenas a relações amorosas ou sexuais, mas que indique a união entre mulheres, lésbicas ou não, com vivências múltiplas. Pensado como uma simbologia em oposição a conotação clínica e pejorativa do termo lesbianismo (Rich, 1980).

Optei por usar o termo existência lésbica e *continuum* lésbico porque o termo lesbianismo tem alcance limitado e clínico. Existência lésbica sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa mesma existência. Entendo que o termo *continuum* lésbico possa incluir um conjunto – ao longo da vida de cada mulher e através da história – de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher (Rich, 1980, p. 26-27).

É confirmado então que a lesbianidade se inclui tanto na ruptura do patriarcado quanto na rejeição a um modo compulsório de vida, acionando uma provocação direta e indireta ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Formando-se como um ato de resistência, entretanto também se incluindo o isolamento, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres. Catalisando sua própria extensão ao esteio social, documentadas ao direito de não terem acesso a qualquer tradição, memória ou continuidade. Afinal nossos corpos somente têm servido quando se é colocado à parte de nosso conhecimento a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor¹⁰.

Enquanto as precursoras do movimento feminista dos anos 1960 à 1970 estavam preocupadas em analisar os mecanismos de dominação, as feministas dos anos 1970 à 1980 como Wittig e Rich, denominadas posteriormente *radicalesbians*, questionaram a naturalização na maternidade e a heterossexualidade compulsória, como visto. Assim, elevando os estudos lesbianos a conceitos de estatuto revolucionário, trazendo neste momento, para os ideais de feminismos radicalizados a construção de espaços de discussão e

modos pelos quais os homens roubam as crianças das mãos de suas genitoras; 5) tortura psicológica e liberdade de movimento controlada; o estupro é uma forma que os homens encontram para criar medo; a atrofia muscular, a bandagem nos pés, os códigos de vestimenta e outros são meios de coibir os movimentos corporais; 6) o uso das mulheres como objetos de troca, por exemplo, a cafetinagem e o uso das mulheres para expor produtos, o uso de roupas sensuais para exibicionismo público; 7) o corte da criatividade feminina mediante a caça às bruxas, às mulheres inteligentes ou às curandeiras, a limitação da plenitude feminina ao casamento e à maternidade ou mesmo a censura às tradições femininas; e, por último, 8) a retirada das mulheres do domínio de conhecimentos e de realizações culturais, como é o exemplo do silêncio da existência lesbiana na história. O poder masculino é exercido em diferentes domínios e assume formas variadas para o controle e repressão das mulheres (Rich, 1980, p. 22-23).

¹⁰ Em um mundo hostil em que não se supõe que as mulheres sobrevivam a não ser através das relações com e a serviço dos homens, comunidades inteiras de mulheres são simplesmente apagadas. A história tende a enterrar o que ela procura rejeitar.



lutas lésbicas feministas.

Com a problematização da historicidade das mulheres lésbianas, Tânia Navarro-Swain (2004, p.13) no livro “O que é lesbianismo?” questiona “Se as mulheres começaram a surgir na História a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las?”. O que resiste dentre os mecanismos de ataque às relações entre mulheres é muito escasso, sendo explicado pela aparição de lésbicas na historiografia como representação de uma contradição à “ordem natural da heterossexualidade dominada pelo masculino”. Como resultado, as delimitações espaciais, culturais e imagéticas subordinam a identidade lésbica ao plano obscuro, criminoso, doentio, abstraídas no discurso social.

A desnaturalização de corpos lésbicos semanticamente sempre existiu em virtude das relações binárias homem/mulher, e muitas vezes embora o imaginário ocidental esteja marcado por Adão e Eva, representantes de dois polos: a imagem de deus e a submissão, a sexualidade naturalizada, binária, formada por relações assimétricas, é também histórica (Navarro-Swain, 2004, p. 17). Por conseguinte, quando nos voltamos para relações envolvendo mulheres, também estamos criando micro resistências, evidenciando concomitantemente que apenas nos dias atuais a História das Mulheres abrange mais espaço na historiografia brasileira. Para Navarro-Swain:

A história, esta narrativa que recorta a vida e o passado em textos produzidos segundo a percepção da realidade dos historiadores, esconde e ignora imensos períodos do viver humano. Ilumina e descreve, analisa e proclama uma ordem, uma lógica, nos eventos que, por serem escolhidos, se tornam importantes. Assim, as relações sociais que escapam aos modelos concebidos são marginalizadas, esquecidos ou eliminadas da historiografia, este conjunto de histórias que compõe a memória do vivido (Navarro-Swain, 2004, p. 12).

As pluralidades das trajetórias lésbianas participam de um movimento de ‘política de esquecimento’, sendo afirmada dentro da história quando precisam das mesmas, mas sempre apagadas. Sem qualquer espaço para seus interesses morais, suas convicções, costumes, permanências, tradições ou valores, se é destruído e desmoralizado para caberem aos moldes padronizados, binários, sendo as referências e medidas o homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão e ocidental.

Os múltiplos silêncios em volta de uma historiografia lésbica constata a necessidade do levantamento e escritura das possibilidades e caminhos que culminam a participação ativa lésbica no cenário político do Brasil, sendo possível através da desnaturalização de discursos



lesbofobicos, tais como, a de libertações de corpos em doutrinas heterossexuais. Ademais, se procura auscultar as construções de resistência nos pioneirismos do movimento homossexual feminino, trilhados por Wittig e Rich. Carregados por cortinas de fumaças e esquecidos pela história, que não nos deixemos sermos definidas por outros, ou que o apagamento continue conduzindo nossa vida, que não sejamos mais reféns dos esquecimentos. Existiremos ruidosamente.

3. A PRIMEIRA APARIÇÃO LÉSBICA EM TABLOIDES

A primeira aparição lésbica em um tabloide ocorre após um ano do funcionamento do mesmo, com muito a dizer e poucas páginas restantes as lésbicas rasgam o verbo (Lampião de Esquina, edição 12, 1979, p. 7). A mulher lésbica, nesse contexto, ocupa um espaço de não-lugar tanto em relação à expectativa de gênero quanto às normas da sexualidade, em intersecção. No “pensamento hetero” (Wittig, 1980) uma lésbica não seria reconhecida como uma “mulher”, pois a sua invisibilidade social é estrutural. Nessa razão, este subtítulo tem por objetivo analisar e afirmar as múltiplas e plurais existências que desorganizam o regime cisheteronormativo, rompendo e criando espaços que discutam a visibilidade lésbica. Como a formação da primeira organização lésbico-feminista, o LF.

A historiadora Tânia Navarro-Swain (2004), ao questionar sobre a política do esquecimento que apaga o lesbianismo na história, nas práticas sociais e instituições, argumenta que o silenciamento sobre esta forma de existir é estratégico, permitindo a instituição da heteronormatividade. Tal movimento é notável ao incutir as sociabilidades lesbianas na História das Mulheres, assim como a recusa da identidade lésbica dentro dos movimentos feministas - seja no silenciamento dessas mulheres ou na marginalização de sua exclusão.

O preconceito que estigmatiza o lesbianismo determina experiências de vida diferentes para mulheres heterossexuais e lésbicas e é contra este preconceito e pelo desejo de vivermos nossa sexualidade livre da culpa e do medo que nos organizamos. Evidentemente, não poderíamos continuar organizadas se acreditássemos que o trabalho no qual nos empenhamos já se realizou, ou, em outras palavras, se acreditássemos que neste momento, não há mais diferença entre “ser ou estar lésbica”, e “ser ou estar heterossexual” e que tudo não passa de uma questão de escolha muito simples de fazer (ChanacomChana, p. 5, 1983).



Nessa mesma lógica, o fragmento a seguir foi retirado da edição número 12 da revista *Lampião de Esquina*, publicado em 12 de maio de 1979, com a temática intitulada “AMOR ENTRE MULHERES” (elas dizem onde, quando, como e por que) contendo cinco páginas destinadas a discutir pública e abertamente as pautas de mulheres lésbicas; sexo e sexualidade, repressão ditatorial e lesbofobia. Sendo publicado pela primeira vez o surgimento da lesbianidade como manchete fora de discussões policiais, evidenciados pela matéria. Foi redigido por vinte e cinco mulheres integrantes do grupo *Somos*, no qual afirmam sua existência com o texto “Nós também estamos aí”.

Como você sabe, depois de um ano de existência do jornal, é a primeira vez que viemos dar nossa contribuição (...) Nós estamos chegando atrasadas e não é apenas porque o *Lampião* já tem um ano já anda, fala muita coisa, balbucia outro tanto. Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, algumas boates, em alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes arquivamos desde sempre. (...) Porque vivemos na clandestinidade. Nós estamos atrasadas, mas não queremos fazer isso virar uma *mea culpa*, um muro de lamentações. Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações de família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos meios de comunicação, educação, religião, etc. – nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. (...) O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz.”. (*Lampião de Esquina*, edição 12, 1979, p. 7).

Com o intuito de denunciar a falta de protagonismo lésbico na imprensa do país, visto que o *Lampião* discutia assuntos relacionados à Ditadura, como abertura política, anistia, censura e perseguição aos homossexuais – inclusive do próprio jornal. Com o título nada ocasional, o periódico buscava se mostrar presente dentro mídia homossexual, ao mesmo tempo em que obscurecia lésbicas, limitando-as guetos. Fossem eles no pouco espaço dentre as pautas alternativas (majoritariamente compostas por publicações para homens gays), ou nos cantos da imprensa feminista no Brasil de meados dos anos 70.

Lésbicas precisaram esperar onze edições para enfim serem chamadas como protagonistas de suas próprias histórias, podendo publicá-las em um jornal de grande escala para homossexuais daquele período. Nas cinco páginas disponibilizadas para a publicação, *Somos* pontuam fortemente como essa foi a primeira vez na história, segundo elas, em que essas mulheres esquecidas, renegadas e negadas pedem a palavra e descem o verbo. (*Lampião*



de Esquina, edição 12, 1979, p. 7).

É substancial pontuar que, se existiram quaisquer outras publicações ou estudos anteriores, elas não contemplaram suas vivências e realidades. Sendo assim, intitulam-se como as pioneiras na história publicando sobre o lesbianismo. Se utilizando deste marco histórico para criticar a visão de papéis sexuais ordenados pelos pressupostos machistas, de que as relações lesbianas devem ser formatadas onde uma deve ser o “machão” e a outra a “mulherzinha”. Também discorrem sobre a possibilidade de outras formas identitárias em uma relação entre mulheres, existindo várias maneiras de praticar, sentir e ser homossexual¹¹. Interrogam as generalizações que a sociedade costuma fazer acerca das relações sexuais entre vulvas, como a falta de um pênis para concretizá-las.

Pela primeira vez na história deste país, um grupo de mulheres se reúne para falar e escrever acerca de sua homossexualidade. Aquelas mulheres sempre esquecidas, negadas, renegadas, exatamente por não se submeterem aos papéis que a sociedade machista impõe como seus papéis naturais, no mês consagrado por essa mesma sociedade à função sublime da mulher, pedem a palavra e descem o verbo. (Lampião de Esquina, edição 12, 1979, p. 7).

A atuação das integrantes do Somos dentro do periódico também aponta e controverte os discursos patologizantes da homossexualidade e, principalmente, a ideia de Freud sobre a homossexualidade ser uma sexualidade infantil, taxada como retardada. Nesse mesmo sinônimo, discorrem sobre os tabus que rondam sobre os assuntos sexuais destinados a corpos lésbicos, como o orgasmo e o domínio acerca do conhecimento feminino. Finalizando este segmento da matéria, elas trazem dois depoimentos de extrema sensibilidade de duas personagens. A primeira assinou como “M., 26 anos, secretária estudante da USP” e contou sobre seu caso de adolescência amoroso e as dificuldades enfrentadas pela família para ficar com a amada. O segundo relato é brutal. “T., 22 anos, trabalha em computação, estudante USP/PUC” - conta que foi submetida a tratamento de cura da homossexualidade sobre sessões de choque e injeções recebidas que provocam ânsia de vômito. Posteriormente, era colocada em uma sala com fotos onde projetavam fotografias de mulheres nuas e sensuais, tentando gerar efeito traumático, de repúdio e, nojo, acerca das práticas homossexuais. (Lampião de Esquina, edição 12, 1979, p. 7).

Elas concluem essa matéria condensando todas as angústias, receios e as vontades que obtiveram ao publicar um documento que dê espaço para o rompimento de um silenciamento

¹¹ É importante refletirmos o que simboliza uma publicação sobre lésbicas acontecer justamente no mês das mães e das noivas. Podemos interpretar como uma posição transgressora tendo em vista que de acordo com os discursos normativos lésbicas não podem ser mães e nem se casar, ser lésbica já as colocam em um lugar na sociedade que afasta dessas possibilidades de ser mulher.

incutido a suas sociabilidades. Se percebendo na notoriedade dos discursos, nos quais seus entendimentos e subjetividades, como parafraseiam *não são anormais*, e que mesmo marcadas pelas opressões de gênero e reproduções sexuais, estávamos lá. (Lampião de Esquina, edição 12, 1979, p. 7). Nas ruas, na linha de frente, na democratização, nos estudos, nas reivindicações, nas bases populares. A seguir, uma imagem da capa do periódico supracitado:



Figura 2. Capa da edição n. 12 do *Lampião da Esquina*

3.1 O SURGIMENTO DO GRUPO LÉSBICO-FEMISTA (LF)

Segundo Miriam Martinho¹² (2012) e Patrícia Lessa (2007), após a experiência de escrever para o Lampião da Esquina, as mulheres do grupo Somos criaram, em outubro do mesmo ano, o grupo Lésbico-Feminista (LF), a primeira auto-organização de lésbicas do Brasil, um subgrupo que estendia seu funcionamento dentro do grupo Somos. Esse

¹² Miriam atuou no grupo Lésbico Feminista (LF), a primeira auto-organização lésbica do Brasil, na sua continuação, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e escreveu no ChanacomChana, a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, contando com 12 edições entre 1981 e 1987. Hoje, ela mantém o site de conteúdo lésbico Um outro olhar.



entroncamento deriva da efervescência política e cultural do início dos anos 1980, operando para criação de um espaço *por e para lésbicas*, onde fosse possível expressar seus anseios, refletir sobre a discriminação e debater estratégias de resistência e fortalecimento coletivo.

Dessa forma, esse estopim para lesbianas consiste na conscientização da existência de um sistema desigual baseado em uma normativa de gênero que as submetia a um sistema sexista onde suas pautas eram lidas como inferiores e as mulheres como auxiliares de ação, permanecendo atrás das cortinas da luta, o que posteriormente acarretou nessa ruptura com o grupo Somos e o nascimento de um grupo lésbico.

O nascimento dessa rede informal entre mulheres, mas que funcionava como um ambiente exclusivo e seguro para proclamação de sua existência, vinha a se tornar um manifesto de atuação e consciência homossexual feminina. Entretanto, a primeira fase do LF foi difícil. As integrantes não tinham referências de organização nem experiência, eram movidas pelo discurso revolucionário sobre o desejo, prazer sexual e a possibilidade de subverter uma realidade imposta, ou seja, a heterossexualidade compulsória. Com o mesmo desejo e por cima de diversas dificuldades, a organização do grupo foi se aprimorando e crescendo. Com a atuação política, o LF se subdividia em grupos: o de Reconhecimento responsável pela afirmação da homossexualidade, o de Agitação/Atuação responsável pelos debates públicos e até mesmo um núcleo de criação e fotografia audiovisual (Batista, 2020).

Suas integrantes eram plurais, com diversidade de etnias, religiões, classes sociais e escolaridades. Abarcando mulheres da academia e do gueto, do armário e assumidas, empregadas domésticas, programadoras de software. Tão diversas, mas com um ponto em comum: a lesbianidade. O LF era fundamental justamente pelo fato de agregar tantas identidades diferentes, possibilitando um encontro fora de ambientes informais, como baladas e bares, e era um lugar seguro para aquelas “do armário”.

O grupo chegou a reunir trinta lésbicas. As reuniões eram iluminadas por pensadoras feministas, com debates sobre o combate à misoginia, sobre a lesbofobia¹³ e sobre o incentivo às relações amorosas abertas. Assim, o grupo buscava aproximar-se de seu público-alvo lésbico fazendo pontes entre os diálogos e reflexões sobre sexualidade, vivências e também sobre machismo. Essas ativistas acabaram se afastando do grupo Somos, por compreenderem, à época, que a aproximação do movimento feminista fazia mais sentido por compartilharem

¹³ O termo lesboterrorismo é preferível ao invés de lesbofobia, o sufixo fobia dá conotação clínica e justifica quadros patológicos caracterizados pelo medo intenso. Não se trata de um quadro patológico e sim de todo um discurso pautado no ódio e intolerância.



mais sobre as opressões e violências sofridas enquanto mulheres, entendendo que o patriarcado oprimia a todas. Contudo, a recepção das lésbicas – e da lesbianidade enquanto pauta política – foi atravessada por violências e passou por períodos conturbados (Batista, 2020).

3.2 EU SOU E ME REFAÇO LÉSBICA: O MOVIMENTO FEMINISTA E A RECUSA A IDENTIDADE SAPATÃO

Segundo Núbia Carla Campos (2014, p. 38) “[...] nas lesbianidades há uma forte tendência à transgressão dos papéis sexuais e sociais atribuídos aos gêneros, o que certamente desafia muitas estruturas sociais tradicionais”. A figura lesbiana é reprimida porque foge ao papel designado à mulher em nossa sociedade, que é o de ser somente reprodutora e objeto sexual. A lesbiana também desmascara o mito falocêntrico de que a mulher para gozar, sentir prazer, necessariamente precisa de um pênis.

Integralmente a violência integralizada contra as lésbicas é individual, familiar, social e institucional e se apresenta através de três modalidades: pela negação da lesbianidade; pela intolerância à existência de mulheres lesbianas; por último, pela violência organizada da repressão policial, da discriminação no trabalho, na família e da prática da psicologia clínica que muitas vezes tende a colocar as lesbianas como indivíduos anormais, pertencentes à um terceiro sexo.

Pensar em toda essa estrutura opressiva que atua na construção de uma autoimagem das mulheres lesbianas, nas quais, experimentam sentimento de culpa, vergonha, medo, solidão e isolamento, a força que a heteronormatividade possuía e possui, serviu/serve para fazermos o esquadrinhamento de como eram/são produzidos e legitimados os mecanismos de violência contra as mulheres com vivências heterossexuais e homossexuais. Em conformidade, a relação entre lesbianidade e feminismo tem sido historicamente marcada por tensões epistemológicas e políticas.

A palavra “lésbica” – e tudo o que se associa a ela – veio, ao longo do tempo, ganhando significados correlatos que, estrategicamente, desestabilizam e deslegitimam os intentos feministas. A conotação pejorativa age como forma de desqualificação quando faz a associação entre lésbicas e feministas, alertando, assim, para o perigo da perda da feminilidade e resultando no imaginário da mulher masculinizada (Batista, 2020, p. 41).



Nesse sentido, Batista (2020) destrincha a categorização da mulher heterossexual. Expondo que esse reconhecimento social detém o esquadramento da categoria analítica da heteronormatividade desejada, assim se utilizando de mecanismo para ênfase de um modelo imposto pela coerção de ser correto e superior. Logo, é possível tipificar que os corpos que ultrapassam a condição da normatividade são submetidos ao âmbito de reconhecimento social, o que intrinsecamente formula as legitimações da violência de gênero contra mulheres com vivências lésbicas.

Desse modo, a sexualidade atua historicamente como dispositivo de poder consolidador da instituição naturalizada da família heterossexual, denotando a concepção de reprodução social. Por este, os questionamentos sobre a identidade da mulher e sobre o feminismo chegam finalmente à compreensão da necessidade da interseccionalidade¹⁴. A importância de se pensar sobre qual mulher se dialoga - visto que, não existe apenas um jeito de ser mulher - e também sobre qual tipo de feminismo se fala, contribuindo para a percepção de que as lutas devem ser interseccionais.

A abertura para a presença de novos temas e vivências, todavia, não significa automaticamente sua integração ao movimento, nem que essas pautas sejam tratadas com a mesma percepção. Afinal, o conflito presente na associação entre as feministas às lésbicas em um tom depreciativo se constrói pela ideia apelativa de que a desconstrução da subalternidade das mulheres só se justificaria mediante a falta do desejo das mulheres por homens, revelando o teor heteronormativo do sexismo. Questionar o poder masculino e a masculinidade como referentes nas relações de gênero só se explicaria por causa do desejo lésbico, uma premissa resultante da combinação entre o sexismo e a heterossexualidade obrigatória (Falquet, 2006).

A heterossexualidade obrigatória é entendida como um regime de sexualidade que norteia a vivência da sexualidade e as definições de gênero, como matriz de dominação, e que produz subjetividades, extrapolando a ideia de opção ou orientação sexual. Nesta perspectiva, a heterossexualidade é uma ferramenta política e social, cuja função é subordinar as mulheres aos homens por distribuir de maneira desigual o poder entre homens e mulheres. (Wittig, 1980, s/p).

¹⁴ O feminismo Interseccional teve como suas precursoras principalmente mulheres negras que visavam trazer maior protagonismo para a questão racial dentro do feminismo. Conceitualmente a interseccionalidade foi cunhada em 1989 pela norte-americana Kimberlé Crenshaw. O feminismo interseccional diz respeito às intersecções ou recortes de opressões e vivências que devem ser feitos quando se for analisar as estruturas de dominação-exploração bem como os sujeitos atingidos desprivilegiadamente por elas. Dessa forma, há o recorte de gênero, raça, classe, sexualidade etc, pois reconhece-se que as mulheres não sofrem todas juntas as mesmas opressões pois além do sistema patriarcal existem outros sistemas de opressão que envolvem raça/etnia, classe, sexualidade etc. (Crenshaw, 2002).



Diante desta premissa, os feminismos resistiram em incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política. Para Míriam Martinho (2012), poucas entre essas mulheres viam claramente a relação entre feminismo e lesbianismo, considerando que a sociedade machista impõe a noção de que ser mulher é igual a ser heterossexual. Sendo assim, uma interpretação sobre a homossexualidade era enquadrá-la como o terceiro sexo (ChanacomChana, edição 12, 1987, p. 1).

Nessa perspectiva, essa obscuridade enfrentada para incorporar produções sobre lesbianidades colaborou para o silenciamento das produções e reivindicações lésbicas. As mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ver reforçada a ideia de que o feminismo não lhes diz respeito (ChanacomChana, edição 12, 1987, p. 1).

Qual seria a ponte que poderia ser idealizada para criar uma relação entre a lesbianidade e o feminismo? Para as idealizadoras do *ChanacomChana*, os objetivos de ambas se cruzam. Pela preposição de que o feminismo trabalha por mais condições de acesso à instrução, pelo combate às visões negativas das mulheres, pela extinção de uma educação tradicional diferenciada por gênero e pela superação da ideia de inferioridade e subordinação aos homens. Concomitantemente, pela luta a equiparação salarial que também deve ser uma luta das lésbicas, assim como a violência contra as mulheres. Em suma, todos os avanços obtidos por lésbicas ou feministas na melhoria de suas condições de vida relacionam-se mutuamente, embora, à primeira vista, possa parecer que não (ChanacomChana, ed. 12, 1987, p. 4).

Neste sentido, as lesbianas naquela época, ampararam-se no feminismo justamente por se sentirem parte do Movimento das Mulheres em sua luta contra a discriminação e da transformação das relações pessoais. Além disso, compactuavam com a ideia de que uma ação organizada e conjunta de todas pode contribuir para desmanchar as ideias patriarcais que conjuntura a sociedade. Todavia, a lesbianidade traz uma série de implicações sociais e políticas, posto que essas vivências permitem às mulheres maior autonomia e controle dos seus corpos, o que é mais difícil para as heterossexuais, por terem um controle maior das instituições familiares e estatais sobre as obrigações que direcionam seu papel reprodutivo. De acordo com o LF e, posteriormente, o GALF, a lésbica não tem sua capacidade reprodutiva controlada pelo marido, pela família ou pelo Estado.

A criação de grupos lésbicos passa, portanto, não só pela necessidade de



termos instrumentos de pressão para garantir nossos direitos humanos mais elementares como também para que possamos construir o nosso próprio feminismo, ou seja, a nossa própria visão, enquanto mulheres lésbicas, da realidade. [...] Passa pela necessidade de podermos nos afirmar, como seres humanos, a partir de nossas capacidades individuais, sem discriminações por sermos lésbicas, e em benefício de nós mesmas e de todas as mulheres. (ChanacomChana, edição 12, 1987, p. 6).

O tratamento destinado a lésbicas, por parte de feministas, colaborou para a manutenção da invisibilidade daquelas, pois não abria espaço para questionamento da heterossexualidade obrigatória, priorizando vivências relacionadas às mulheres heterossexuais. Os movimentos feministas não viam maneiras de trabalharem com essas mulheres estigmatizadas, sem se contaminarem, sem serem tachadas de “imitações de macho”, “mulheres inacabadas”. Levando as lesbianas a serem vistas como ameaças, mesmo possuindo pautas que se aproximavam das pautas feministas. Logo, as questões envolvendo sexualidade dentro dos movimentos feministas passaram a crescer, principalmente, pelas causas do movimento lésbico.

Por causa das discordâncias entre lesbianas e feministas o periódico *ChanacomChana*, acabou se tornando uma alternativa de leitura para as mulheres lesbianas feministas que não se viam representadas dentro da imprensa feminista.

A consciência de nossa opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, nos levou, podemos dizer que quase naturalmente, ao feminismo e o aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as nega constantemente enquanto sujeitos sociais, determinou nosso afastamento dos bichas e a aproximação com o movimento feminista onde também nos esperava outra batalha campal. Se dentro do movimento homossexual brigávamos contra o sexismo, no movimento feminista íamos começar a brigar contra o heterossexismo (briga que dura até hoje) e todas as suas implicações reformistas (ChanacomChana, edição 3, 1983, p. 2).

Os boletins deram a possibilidade de retirarem lésbicas da marginalidade, abordando temas específicos a suas vivências e subjetividades. Confrontando o imaginário popular baseado em estereótipos, nas quais, o GALF lutou pela normalização da homossexualidade feminina como uma de tantas identidades existentes. Sendo assim, um instrumento de visibilidade social, como também a abertura de debates que evidenciam formatos de vida além da heteronormatividade.

4 O GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO FEMINISTA (GALF)



O GALF foi criado por lésbicas que vieram do Grupo Lésbicas-Feministas (LF) e que queriam dar continuidade ao grupo. Em outubro de 1981, o Grupo Ação Lésbico Feminista, GALF, é criado para dar continuidade às lutas específicas de lésbicas e feministas. O nome do grupo mudou algumas vezes no período de sua existência, passando de Grupo Ação Lésbico Feminista para Grupo de Atuação Lésbico-Feminista; e posteriormente, em 1983, Grupo de Ação Lésbica Feminista, para que o nome ficasse no feminino (ChanacomChana, p. 1, 1983).

O desligamento oficial das lesbianas e sua independência do Somos aconteceu em 17 de maio de 1980. Na realidade, o que elas fizeram foi só tornar pública uma situação de desligamento interno e autonomia que já vinha acontecendo antes da separação oficial. Quando se desligaram, foram vistas como radicais, separatistas e divisionistas, pois os outros membros achavam que havia uma igualdade no encaminhamento das questões entre os homens e as mulheres homossexuais (Batista, 2020, p. 56).

Todavia, antes mesmo da afirmação do grupo, as militantes que resolvem permanecer no LF participaram do encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, em julho de 1981, realizando intervenções importantes por meio de uma de suas integrantes, na discussão acerca da homossexualidade. Neste mesmo evento, o Grupo Gay da Bahia lançou um abaixo-assinado contra o parágrafo 302.0 do INAMPS¹⁵ que rotulava homossexualismo - hoje classificada homossexualidade -, como desvio e transtorno sexual, o que tornou possível a aprovação da moção de repúdio contra o tal parágrafo pela SBPC no próprio evento.

No ano de 1982 registrou, de uma maneira geral, um aumento progressivo de nossas atividades externas e uma postura mais firme e combativa na defesa de nossas ideias sobre a homossexualidade feminina. Articulamos um grupo de estudos paralelamente às nossas reuniões de reflexão dos sábados e, através dele, com a ajuda de textos sobre feminismo e *lesbianismo*, aprofundamos nossa análise da situação das mulheres, em geral, e das mulheres lésbicas especificamente. Intensificamos contatos com os grupos congêneres do exterior, o que nos valeu o recebimento gratuito de muito material lésbicas-feminista, e também passamos a organizar, mais metodicamente, a biblioteca do grupo (ChanacomChana, 1983, p. 4).

¹⁵ O INAMPS foi uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje, Ministério da Previdência Social), criado em 1974 pelo desmembramento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que hoje é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O Instituto tinha a finalidade de prestar atendimento médico somente aos contribuintes de toda forma e seus dependentes. Na lista de doenças do INAMPS a homossexualidade era considerada doença, tal como a CID.



Mesmo sendo denominado de caráter feminista, o grupo continuou a sofrer a exclusão em diversas situações pelos grupos feministas, como ocorreu nos congressos da mulher paulista, anteriormente. No final de abril de 1982, o GALF participou de um debate sobre a violência contra a mulher no sindicato dos jornalistas. Compareceram as militantes de máscaras e distribuíram um panfleto intitulado de "Sobre a violência", que explana a simbologia da utilização das máscaras, no sentido de protesto para que as lésbicas não precisassem usar qualquer tipo de disfarce, com a proposição de que os movimentos feministas não reproduzissem o discurso machista:

Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquês machista das lutas gerais contra as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias. Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência (Grupo de Ação Lésbico-Feminista, 1982 apud Zanatta, 1996/1997).

Neste ínterim, continuavam as tentativas de interlocuções conjunta com movimentos feministas que frequentemente eram contra quaisquer manifestações às opressões que sofriam as lésbicas, com o pretexto de que isso não fazia parte de estratégia do movimento, não estando em seus horizontes a defesa da lesbianidade. Entretanto, alguns grupos aceitavam e apoiavam a presença das lésbicas como militantes feministas nos encontros, mas a defesa da lesbianidade, tais como o levantamento das pautas das lésbicas não eram compartilhadas por tais grupos. Tais posturas ressaltaram a urgência de um grupo de lésbicas, a fim de se fortalecer e crescer para continuar sua luta separadamente.

Condensando que os objetivos dessa organização eram bem definidos desde o começo, mas foram se solidificando conforme as suas atuações. O primeiro e principal deles era informar e conscientizar as mulheres lésbicas sobre seus direitos e lutar por seus interesses. Em segundo lugar, buscavam desenvolver uma rede de contatos entre organizações de mulheres lésbicas no Brasil e no exterior, visando quebrar o isolamento e ter apoio emocional e político. Em um terceiro momento, procuraram promover debates sobre lesbianidade e feminismo, criar uma biblioteca e, por fim, ter uma sede.



[...] Existe a consciência de que a difusão das idéias [sic] feministas é importante para nós porque quanto mais espaços e direitos conquistarmos, enquanto sexo, mais mobilidade social teremos, em todos os aspectos, enquanto mulheres lésbicas. Daí a importância de apoiarmos a luta feminista. Entretanto, nossas questões específicas, as questões de nosso dia a dia, têm que ser igualmente encaminhadas não só em encontros feministas como também incorporadas às discussões do feminismo e da sociedade em geral (ChanacomChana, ed. 12, 1987, p. 5).

Para construir e cimentar esse espaço próprio, as ativistas do GALF investiram grandes esforços. Por meio do *ChanacomChana*, elas registraram a atuação do grupo, estabeleceram contatos nacionais e internacionais, trocaram experiências e analisaram os processos políticos do país. Por isso, o boletim se constituiu como espaço de reflexão e proposição de práticas políticas, informadas pelas vivências das ativistas, suas concepções políticas e o pensamento teórico-político do feminismo lésbico (Kumpera, 2018). Por fim, analisaremos as principais questões mobilizadas pelo GALF através do *ChanacomChana*, que delinearão a perspectiva lésbica-feminista da agrupação.

4.1 DESCONHECER SUA PRÓPRIA HISTÓRIA É COMO ANDAR NO ESCURO: A MATERIALIDADE LÉSBICA-FEMINISTA A PARTIR DO *CHANACOMCHANA*

ChanacomChana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como ‘órgão sexual feminino’. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como ‘CHANCE’; para outros como ‘CHANCA’ (pé grande - sapatão?), e para outros como ‘CHAMA’. O importante é isentar-se das conotações. (...) sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (ChanacomChana, 1981: 4).

Em suas condições simbólicas, as lesbianas do Boletim constroem um projeto discursivo no qual a criatividade brinca com o próprio nome que as encerra em sua sexualidade desvalorizada.

A palavra ‘chana’, denominação da genitália feminina, toma muitos outros sentidos: o sentido político de ‘chance’, ou seja, dar uma chance para as lesbianas expressarem suas ideias, sentimentos, emoções, ou simplesmente, para serem lésbicas; o sentido de reapropriação de um insulto contra as lesbianas é expresso na palavra ‘chanca’; e o sentido de erotização do relacionamento homoafetivo que a palavra ‘chama’ remete ao lembrar



‘fogo’, elemento que aquece, queima ou incendeia (Lessa, 2007, p. 116-117)

Nesses termos, Lessa (2007) propõe a teorização de uma semiótica com os signos em relação à terminologia ‘chana’. Com isso, ela conota que o papel transgressor e revolucionário expresso na simbologias da palavra ‘chana’ objetificam uma provocação social elaborada pelas militantes do GALF, nas quais, como estratégia de ação política, expõem as vontades de se fazer ouvir em um contexto que marginaliza, e exige seu lugar de fala neste espaço social. A matriz discursiva, dessa forma, se tornam criativas e diversas. Afinal, para além do biológico do sexo, ‘chana’ também é apelo à vida e inserção no político: participação é a palavra de ordem. Do estigma para o autoquestionamento, seu projeto tende a representações plurais, estratégias de visibilidade, pois ao ser definido como ‘minoría’, se constrói seu caráter ideológico.

O boletim *ChanacomChana*, editado em formato tablóide e em preto e branco, foi publicado pelo GALF entre 1982 e 1987, totalizando 12 edições, distribuídas com periodicidade irregular – no geral, bimestrais ou semestrais¹⁶. Com tiragem média de 500 exemplares, o periódico era distribuído em festas, bares, boates, congressos e eventos frequentados pelas ativistas do GALF. Sua sustentabilidade econômica era viável graças às doações de leitoras, ao pagamento de assinaturas e aos pequenos anúncios de estabelecimentos comerciais, especialmente de bares frequentados por lésbicas, como o Ferro’s. Apesar desses apoios, manter o periódico sendo publicado era um desafio constante, de modo que pedidos de colaboração econômica das leitoras foram frequentemente publicados em suas páginas (Kumpera, 2018).

As ativistas do GALF investiram na diversificação do conteúdo do *ChanacomChana*. O boletim obtinha espaços para debates com matérias sobre esportes, artes, feminismo, política local e nacional, sexualidade, maternidade, informes sobre grupos gays e lésbicos brasileiros e internacionais, mercado de trabalho, entre outras. Sendo assim, as edições possuíam uma temática geral, cartas de leitoras, uma seção de troca-cartas, poesias, quadrinhos, relatos pessoais, entrevistas (em consonância com o tema da edição) e informações sobre a situação política e legal de gays e lésbicas de outras localidades. O expediente mudava conforme a edição, dado que a publicação era colaborativa, mas havia nomes que apareciam com maior frequência, principalmente os de Míriam Martinho e Rosely

¹⁶ Em janeiro 1981, antes da constituição do GALF, o Grupo Lésbico Feminista publicou o jornal *ChanacomChana*, mas iniciativa foi interrompida, contando com apenas uma edição. Sua retomada se deu em novo formato, com a publicação do boletim *ChanacomChana*.



Roth. Além disso, era possível colaborar com a publicação à distância, enviando material autoral (artigos, relatos pessoais, poemas, etc.), prática que foi difundida entre as leitoras do *ChanacomChana* (Silveira-Barbosa, 2019, p. 78).

Diante disso, compreende-se que o GALF tinha consciência da importância em fazer com que as leitoras assimilassem a dimensão política que as relações lésbicas podem representar. Faziam questão, em todas as edições, de se posicionarem enquanto grupo lésbico feminista, ressaltando que ser lésbica vai além de uma simples “questão de cama”. Remete a uma série de implicações sociais e políticas (CHANACOMCHANA, ed. 8, 1985, p. 3). Acordante a isso, suas vivências contribuem para uma nova maneira de ser mulher, sem depender da tutela e de representações masculinas, sem reprodução de valores masculinos e heterossexuais que permeiam as relações entre as pessoas (Batista, 2020, p. 83).

É notório como essas mulheres, através do *Chanacomchana*, ressaltam constantemente a importância da dimensão política em ser lésbica. Nesta razão, em sua dissertação de mestrado Letícia Batista (2020) articula que a sexualidade se deriva como aspecto político. Político porque a homossexualidade é antagônica às características e ideologias estruturadas na sociedade patriarcal, na qual, obstina a feminilidade da mulher enquanto objeto reprodutor, retirando-a qualquer concepção de sujeito. Portanto, ao trazer o pessoal como político se desperta para as leitoras a “consciência de si”, descolonizando uma sexualidade imposta e normativa. Reapropriando a noção de que seu corpo abre um processo de demarcação de identidade, resultante em maior realização de si.

Tendo em vista estas questões, situar o *ChanacomChana* exclusivamente na imprensa feminista não permite abordar a complexidade de temas e debates que emergem nas páginas deste boletim.

A partir desta troca de experiências, analisávamos (e ainda analisamos) as instituições vigentes (Família, estado, escola, casamento, entre outras), que direta e/ou indiretamente nos atingem quanto a suas normas autoritárias, onde a regra é a heterossexualidade e o domínio do homem. (*ChanacomChana*, edição 3, 1983, p. 8).

Trata-se de uma questão multifacetada, pois o feminismo estruturou a visão de mundo das ativistas do GALF e sua crítica à cultura – vista como patriarcal, autoritária e sexista –, mas elas se encontraram com a impossibilidade de terem seus corpos pertencendo ao movimento.

O boletim *ChanacomChana* é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que



o fizerem e para quem for lê-lo também (ChanacomChana, n. 1, dez. 1982, p. 1).

O *ChanacomChana* constituiu um veículo de informações sobre a existência lésbica em uma perspectiva profunda. Por intermédio dele, as ativistas do GALF inscreveram a trajetória do grupo, produzindo uma espécie de registro oficial, selecionando os acontecimentos considerados mais marcantes. Por conseguinte, é fundamental analisar as produções do *Chanacomchana* enquanto produções que rompem com os silêncios incutidos a historiografia lésbica, tangendo a solidão presente nas relações lesbianas que não possuem suas narrativas abarcadas. Essa contribuição permite a formação de uma consciência acerca das existências lésbicas, à vasta disso, uma consciência de si. “Todos os nossos atos são políticos, cada ato executado envolve uma parte da nossa concepção e perspectiva de vida, cada ato pode conter também relações de poder” (ChanacomChana, ed. 2, 1983, p. 8).

Conforme analisamos nos discursos presentes no *Chanacomchana*, é “(...) notável que somente a partir do contato com o semelhante, com outros tipos de vivências e com discursos possíveis; que essas lésbicas conseguiram desnaturalizar aos poucos os mecanismos de controle moldados a partir da heterossexualidade” (Batista, 2020, p. 109). Como resultado, é objetivado que se compreender enquanto lésbica está tudo bem, mesmo que suas performances existenciais ocasione incomodo socio-histórico, afinal, a essencialidade da própria existência lesbiana transgridem os padrões do que se espera das mulheres. “As lésbicas são perseguidas porque se negam a encarnar os papéis que lhes destinam e os subvertem” (ChanacomChana, ed. 0, p. 3).

A heterossexualidade institucional (casamento, monogamia, filhos, etc.) é uma das características que a família procura manter, assim como outros atributos rotulados de “feminino” e “masculinos”. Estes atributos são falsamente percebidos e transmitidos como “naturais” e “universais”: omite-se que como toda criação humana, eles surgem historicamente a partir de certos interesses e se transformam de acordo com as mudanças que ocorrem nas sociedades, influenciando e sendo influenciado pelas outras esferas sociais (ChanacomChana, ed. 7, 1987, p. 5).

Em suma, nomear-se lésbica consiste em um ato político que implica na denúncia das normas sexo-políticas que estruturam a sociedade. Nomear-se lésbica pouco se refere à busca de uma identidade fixa ou imutável, mas à reivindicação da existência marginalizada, um grito contra o apagamento e a perseguição a que fomos submetidas historicamente. Para Jules Falquet (2006, p. 22) “a palavra lésbica alude a um lesbianismo político, que propõe uma



crítica no nível da ação e do questionamento teórico do sistema heterossexual de organização social”.

Em conformidade, o GALF a partir do *ChanacomChana* se filiava ao amplo debate levantado pelo movimento lésbico nas décadas de 1970 e 1980, que propunha compreender o lesbianismo em sua dimensão política. Portanto, nomear-se lésbica implicava em uma tomada de posição, reivindicando autonomia em relação aos homens e constituindo-se como um ato de liberdade. Ao longo das edições do *Chana*, fica claro o esforço que elas fazem para convencer as leitoras de que ser lésbica é bacana, é normal, é prazeroso e transformador, principalmente quando passam a se aceitar e se assumir como lésbica. O grupo se torna responsável por formar um caminho de conscientização para as leitoras, desmistificando e ressignificando o que é ser lésbica. Modifica-se o sentido negativo para naturalizar e, por fim, consolidar o peso político em se usar essa palavra na sociedade permeada pela heteronormatividade (Kumpera, 2018, p. 109).

[...] porém, alguém pode dizer: “mas a sociedade não vê as coisas dessa maneira e utiliza o nome lésbica como um palavrão, para nos ofender”. Isso é verdade, todavia, é preciso lembrar que essa sociedade que dá uma conotação tão ruim a palavra lésbica é a mesma que classifica as relações entre mulheres como doentes, anormais, pervertidas, sacanas, pecaminosas, anti-naturais e outras tantas bobagens que estamos cansadas de ouvir. Nem por isso a gente leva esses conceitos a sério ou deixa de gostar ou de transar uma com a outra. Então, por que deixar que a sociedade machista e preconceituosa atribua a palavra lésbica um sentido ruim que como nós vimos por sua origem, ele não tem? Na verdade as palavras são criadas pelas pessoas e são as pessoas que têm o poder de mudar a conotação ou mesmo o significado das palavras. Saber a origem das designações que são usadas para nos ofender é uma forma de passar a perna na repressão e até mudar a visão que temos de nós mesmas (ChanacomChana, ed. 9, 1985-1986, p. 1).

Neste sentido, nos nomeados para construção de uma resistência lésbica, que reconheça seu pertencimento no meio social e que agracie dele mesmo com as tentativas de silenciamento a nossas subjetividades. Subvertemos os lugares de opressão e silenciamento nos quais fomos designadas por sermos lésbicas, e na integridade de todas as nossas narrativas engolidas pela história tradicional, nos nomeamos. Nos declaramos para conhecer nossa história, nos declaramos para que outras conheçam nossa história, nos declaramos para que juntas possamos recordar da nossa história e, sobretudo, nos declaramos para que nossa história seja contada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este artigo se preocupou em realizar um panorama do movimento lésbico brasileiro a partir do rompimento e formação de identidades políticas lésbicas, capaz de enunciar essas mulheres as suas produções enquanto sujeitos formadores de seu próprio espaço de fala e escuta. Não se tratando de fazer uma história à parte sobre essas mulheres, mas sim, de um estudo que considere essas vivências lésbicas dentro de uma estrutura discursiva de poderes, operando em diversas esferas para manter uma ordem heterossexual.

Pensar a lesbianidade a partir de um viés político é fundamental para compreender como o fato de ser lésbica e se posicionar enquanto tal consiste em uma existência que rompe as normas estruturadas pela matriz heterossexual. Dessa forma, é preciso pensar na existência de divergentes identidades para transpassar a referência social da heterossexualidade normativa. Assim se torna enriquecedor para as produções historiográficas a possibilidade de narrativas que englobem outros tipos de vivências e sentimentos que, por muito tempo, ficaram na marginalidade dos discursos, como se não tivessem história ou não merecessem que fossem apontadas.

Sendo possível observar que por meio da mobilização do GALF e das edições do *Chanacomchana*, como essa primeira organização do movimento lésbico do país foi fundamental para dar protagonismo e espaço à politização da questão lésbica. A organização de um material pautado em epistemologias feministas e de lesbianidades contribuiu para a democratização das produções lésbicas daquele momento. Também colaborou para o processo de conscientização das lésbicas a nível pessoal e principalmente político, possibilitando por fim, localizar a construção de um discurso valorativo em torno da questão de ser e se assumir lésbica.

Rompendo com as imagéticas binárias que sondam os espaços acadêmicos, midiáticos e políticos. A comunicação proporcionada pelo *Chana* atingiu até os cantos mais profundos da invisibilidade, se tornando uma rede de suporte e afeto para aquelas que não se sentiam vistas por outros movimentos sociais. Instigando que as evoluções existentes no movimento lésbico brasileiro não devem ser desprezadas, nem menos esquecidas pelo seu caráter radical, subversivo e transformador.

Para a realização desta pesquisa, foi necessária uma análise de fontes heterogêneas, como: obras que questionam nosso local no mundo a partir da força coativa do gênero, jornais da grande imprensa, os boletins editados pelo GALF e materiais produzidos pelos grupos lésbicos. Estas últimas nos permitiram conhecer “o campo de possibilidades, de escolhas, de



ações, de sentimentos; os valores morais, os projetos, as representações simbólicas de uma época” (Araújo, 2019), a partir da perspectiva de ativistas lésbicas brasileiras. Suas exposições foram fundamentais para vislumbrar aspectos que as fontes escritas não permitiriam; como a questão de pertencimento, as percepções sobre o GALF e sua trajetória, as disputas políticas e as relações de afetividade no interior do movimento lésbico. Resistiremos.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Boletim ChanacomChana. São Paulo, GALF, n. 1, 1982.
Boletim ChanacomChana. São Paulo, GALF, n. 3, 1983.
Boletim ChanacomChana. São Paulo, GALF, n. 4, 1983.
Boletim ChanacomChana. São Paulo, GALF, n. 8, 1985.
Boletim ChanacomChana. São Paulo, GALF, n. 7, 1987.
Boletim ChanacomChana. São Paulo, GALF, n. 12, 1987.
Grupo Somos. Só queremos ser entendidas. **Lampião de Esquina**, Rio de Janeiro, p.11, maio de 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Maria Paula Nascimento. **Um acervo de depoimentos sobre a luta e resistência contra a ditadura militar: questões teóricas e metodológicas**. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (org.). *História oral e movimento social: narrativas públicas*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 129.
Batista, Letícia Emília. **ChanacomChana: um sopro do lesbianismo paulista nos anos de 1980**. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2020.
Beauvoir, Simone de. **O segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
Campos, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil 1979-2001**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas de Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
Crenshaw, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002.
Falquet, Jules. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha lésbica, 2006.
Kumpera, J. A. M. **Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e redemocratização**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 24., 2018, Guarulhos. Anais [...]. Guarulhos: ANPUH-SP, 2018.
Lessa, Patrícia. **Lesbianas em Movimento: a criação de subjetividades (Brasil 1979-2006)**.



Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Martinho, Miriam. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil**. 2012.

Navarro-Swain, Tania. **O que é o lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Rich, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Original de 1980. Tradução de Carlos Guilherme do Valle, 2010.

Scott, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

Silva, Jaíne Chianca da. **Vai ter ChanacomChana, sim!: construção de um grupo lésbico feminista em São Paulo na década de 1980**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2021.

Silveira-Barbosa, Paula Évelyn. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo**. 2019. 307 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

Oliveira, Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985)**. Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, p.

Wittig, Monique. **O Pensamento Hétero**, 1980.

Zanatta, Elaine Marques. **Documento e identidade: o Movimento Homossexual no Brasil na década de 80**. Cadernos AEL, Campinas, n. 5, p. 192-220, 1996/1997.